DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 8120/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/10387/2017
PROTOCOLO	: 1810819
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SONORA
RESPONSÁVEL	: ENELTO RAMOS DA SILVA
RELATOR (A)	: JERSON DOMINGOS
PROCEDIMENTO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017
INTERESSADO	: BRIATO COMÉRCIO MÉDICO-HOSPITALAR E SERVIÇOS EIRELI – EPP., DECOM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. - EPP, C. LEMOS - DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME E DU BOM DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO- HOSPITALARES EIRELI - EPP
OBJETO	: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM (MELHOR QUALIDADE E MENOR PREÇO)
VALOR	: R$ 370.007,60 (TREZENTOS E SETENTA MIL, SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

Versam os autos sobre a análise do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 021/2017, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Sonora e as empresas Briato Comércio Médico-Hospitalar e Serviços Eireli – EPP, no valor de R$ 81.625,90 (oitenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e noventa centavos), Decom Comercio de Equipamentos e Produtos Odontológicos Médicos e Hospitalares Ltda. - EPP, no valor de R$101.286,70 (cento e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e setenta centavos), C. Lemos - Distribuidora Hospitalar Eireli – ME, no valor de R$104.317,00 (cento e quatro mil, trezentos e dezessete reais) e Du Bom Distribuição de Produtos Médico-Hospitalares Eireli – EPP, no valor de R$ 82.278,00 (oitenta e dois mil, duzentos e setenta e oito reais), visando à aquisição parcelada de materiais de enfermagem (melhor qualidade e menor preço), conforme especificações, quantidades e condições constantes do edital e seus anexos.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da análise ANA-3ICE-15254/2017 (fls. 616-620), concluiu pela regularidade do procedimento licitatório, ressalvando a intempestividade na remessa de documentos a esta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas, na mesma linha de entendimento, emitiu o

parecer PAR – 4ªPRC- 9998/2017 (fls. 621/ 622), opinando pela regularidade do procedimento licitatório com ressalva quanto ao envio de documentos a esta Corte de Contas.

DECISÃO

Da análise dos autos, verifica-se que o procedimento licitatório Pregão Presencial nº 021/2017, inclusive a publicação, atendeu às normas legais pertinentes, quais sejam, Lei nº 10.520/02[1], Lei nº 8.666/93 e alterações e as determinações contidas no Regimento Interno desta Corte de Contas[2], demonstrando a regularidade do procedimento adotado pela responsável, no entanto, a remessa a esta Corte de Contas foi realizada intempestivamente, contrariando o disposto na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011[3].

Desta forma, acolho os entendimentos da 3ª Inspetoria de Controle Externo e do Ministério Público de Contas e **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 021/2017, celebrado entre celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Sonora e as empresas Briato Comércio Médico-Hospitalar e Serviços Eireli – EPP., Decom Comercio de Equipamentos e Produtos Odontológicos Médicos e Hospitalares Ltda. - EPP, C. Lemos - Distribuidora Hospitalar Eireli – ME e Du Bom Distribuição de Produtos Médico-Hospitalares Eireli – EPP, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 120, I "a" da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

II – pela aplicação de **MULTA** equivalente a 30 (trinta) UFERMS ao Sr. Enelto Ramos da Silva, responsável à época, portador do CPF nº 492.177.041-72, nos termos do art. 44, I[4] e 46[5] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, por infração à prescrição legal e

[1] Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
[2] Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.
[3] Anexo I, Cap. III, seção I, 1.1.1., A, da Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011;
1 – Contratos
1.1. Procedimentos Licitatórios
1.1.1. Objeto: Contratos em geral
A) Prazo: até 15 (quinze) dias úteis após a data da publicação do contrato.
[4] Art. 44. No exercício de sua competência, o Tribunal pode aplicar as seguintes sanções:

regulamentar;

III – pela concessão do **PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável supracitado recolha o valor referente à multa acima disposta junto ao FUNTC, nos termos do art. 83[6] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012;

IV - pela **REMESSA** dos autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo para acompanhamento e análise das próximas fases, nos termos regimentais;

V - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[7] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º[8], do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande, MS, 07 de agosto de 2017.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

SMSC

I – multas;
(...)
Parágrafo único. As multas podem ser aplicadas cumulativamente, para sancionar as infrações apuradas pelo Tribunal e pela falta de remessa, dentro do prazo, de informações, dados ou documentos solicitados pelo Tribunal;

[5] Art. 46. A multa incidente sobre a falta de remessa intempestiva de informações, dados ou documentos ao Tribunal corresponde ao valor de uma UFERMS por dia de atraso, não podendo ultrapassar o valor correspondente ao de trinta UFERMS;

[6] Art. 83. O valor da multa aplicada pelo Tribunal deve ser recolhido ao Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), por meio de guia ou instrumento apropriado.

[7] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.

[8] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.